

# (DE)FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A BNC-FORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA FORMAÇÃO DOCENTE

*TEACHER (MIS)EDUCATION AND THE BNC-TRAINING: AN ANALYSIS  
OF THESES AND DISSERTATIONS ON THE NATIONAL CURRICULAR  
GUIDELINES FOR TEACHER EDUCATION*

Aline Luz Mesquita<sup>I</sup> 

Ivan Fortunato<sup>II</sup> 

Alexandre Shigunov Neto<sup>III</sup> 

<sup>I</sup> Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP, Brasil.  
E-mail: lih\_mesquita@yahoo.com.br

<sup>II</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Itapetininga, SP, Brasil.  
E-mail: ivanfrt@yahoo.com.br

<sup>III</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Itapetininga, SP, Brasil.  
E-mail: shigunov.ifsp.edu@gmail.com

**Resumo:** Este é um artigo que discute a Formação de Professores no Brasil a partir das Diretrizes Nacionais Curriculares definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação. Trata-se de uma análise de teses e dissertações nacionais que analisam e/ou utilizam o documento BNC-Formação para compreender a política de formação docente no Brasil. Foram localizadas oito (8) dissertações e três (3) teses no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, cuja leitura qualitativa levou a uma crítica múltipla do documento, classificada em oito (8) eixos, a saber (i.) normativas arbitrárias e distanciamento da prática docente; (ii.) educação por competências; (iii.) assujeitamento docente; (iv.) responsabilização do professor; (v.) mecanismo de vigilância e controle; (vi.) reflexos na universidade; (vii.) substituição da Resolução n. 2/2015; (viii.) movimentos contrários à BNC-Formação. Ao final, tendo qualificado a crítica à BNC-Formação em tantos eixos diversos, concluímos que as diretrizes nacionais de formação docente no Brasil resultam em uma política que requer urgente revisão.

**Palavras-chave:** BNC-Formação. Formação Docente. Política Educacional.

**Abstract:** This is a paper that discusses Teacher Education in Brazil based on the National Curricular Guidelines defined by the National Education Council (CNE) of the Ministry of Education. This is an analysis of national theses and dissertations that analyze and/or use the BNC-Formação document to understand teacher training policy in Brazil. Eight (8) dissertations and three (theses) were located in the CAPES Catalog of Theses and Dissertations, whose qualitative reading led to a multiple critique of the document, classified into eight (8) axes, namely (i.) arbitrary regulations and distancing teaching practice; (ii.) competency-based education; (iii.) teacher subjection; (iv.) teacher accountability; (v.) surveillance and control mechanism; (vi.) reflections on the university; (vii.)

DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v20i40.1264>

Autores convidados



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

replacement of Resolution no. 2/2015; and (viii.) movements against BNC-Formação. In the end, having qualified the criticism of BNC-Formação on so many different axes, we conclude that the national guidelines for teacher training in Brazil result in a policy that requires urgent review.

**Keywords:** BNC-Formação. Teacher Education. Educational Politics.

## Introdução

Este é um artigo que discute a Formação de Professores no Brasil a partir das Diretrizes Nacionais Curriculares definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação. Trata-se de um estudo que analisa a recente e vigente Resolução CNE/CP n. 2 de 20 de dezembro de 2019, a qual “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)” (Brasil, 2019, p. 1).

Em linhas gerais, a BNC-Formação é uma tentativa de articular os direcionamentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com as políticas que conduzem a formação de professores, garantindo que as aprendizagens previstas na BNCC sejam aplicadas com êxito a partir das competências profissionais docentes. Neste artigo, não voltamos à história da Formação de Professores no Brasil, cujo campo de pesquisa remonta aos anos 1980, tampouco discutir a trajetória das políticas educacionais nacionais que, sumariamente, vem acompanhando e colaborando com o desenvolvimento neoliberal internacional (Brito et al, 2019). Aqui, tomamos o resultado dessa trajetória: um projeto nacional de padronização e controle da Educação Básica, nomeado BNCC, fazendo, conseqüentemente, o mesmo com o pessoal docente por meio da BNC-Formação.

A BNC-Formação assume como referencial básico o desenvolvimento de competências, tendo sido implementada em um contexto de desconstituição de processos democráticos amplos de participação na formulação e implementação de políticas (Farias, 2019), pois entidades de grande relevância educacional não foram convocadas para construção desse documento. A pedagogia voltada exclusivamente para competências, que regulamenta a prática educacional e formação docente nessa concepção, é definida pela BNCC como sendo a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018).

Assim, desde que foi publicada, em dezembro de 2019, a BNC-Formação, tem sido alvo de inúmeras críticas, seja pelo caráter autoritário com que foi construída e imposta às instituições de ensino, seja pela sua fragmentação formativa da visão limitada por meio de competências e habilidades, que retrocede conquistas importantes nos processos educacionais (Farias, 2019; Albino; da Silva, 2019; ANPED, 2019).

Daí as dúvidas: como a BNC-Formação tem sido percebida e valorada nas pesquisas de pós-graduação, em Educação, no Brasil? Seria a Resolução alvo de críticas ou um documento norteador para desenvolvimento de pesquisas lastreadas pelos ideais de competências?

Dessa forma, a intenção de investigar a valoração da BNC-Formação nas pesquisas desenvolvidas na pós-graduação, isto é, as teses e dissertações, é porque essas proporcionam uma melhor visão da Área, configurando como documento fundamental de pesquisa (Salem, 2012; Teixeira; Megid Neto, 2017; Teixeira, 2021; 2022). Assim sendo, seguindo o mesmo rito de investigação já realizado em diversos estudos anteriores (p. ex. Mesquita et al., 2023; Fortunato; Shigunov Neto, 2023), escolhemos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES como local para realização de busca sistemática.

Para o alcance do objetivo previsto, o texto foi organizado em duas seções. Na primeira, apresentamos as etapas metodológicas percorridas, até a descrição dos dados obtidos. Na segunda, trazemos uma análise qualitativa dos trabalhos mapeados, organizando o achado a partir de categorias desenvolvidas com a leitura e interpretação do material inventariado, enfocando a abordagem da BNC-Formação relacionada com a formação inicial e continuada de professores.

Esperamos, ao final, promover um levantamento que norteie novas discussões a respeito da política educacional brasileira de formação docente para além de receituários pragmáticos, mas pautada por referenciais críticos que visem o pleno desenvolvimento humano.

## **Do percurso metodológico e descrição das teses e dissertações inventariadas**

Seguindo o mesmo percurso de pesquisas anteriores já mencionadas, a primeira etapa da pesquisa teve início com o acesso ao Catálogo da CAPES, no mês de setembro de 2023. A busca pelas produções acadêmicas se deu a partir do termo “BNC-Formação” no campo de busca. Como o resultado dessa ação trouxe 35 resultados, sendo 22 dissertações e 13 teses, iniciamos um processo de refinamento o qual, ao final conforme descrito a seguir, já se mostrou suficiente para a finalidade deste artigo, dispensando o uso de outras palavras-chave.

A primeira ação de refinamento foi a aplicação o filtro de área de concentração, selecionando apenas as produções na área da Educação. Assim, o rol de resultados foi reduzido para 11 dissertações e 5 teses. Do total apresentado, fizemos novo refinamento, desconsiderando os trabalhos sem divulgação autorizada, o que permitiu prosseguir para uma análise mais direcionada e minuciosa com 8 dissertações (Farias, 2020; Rodrigues, 2021; Gomes, 2022; Gonçalves, 2022; Nascimento Júnior, 2022; Monteiro, 2022; Vissotto, 2022; Silva, 2023) e 3 teses (Freitas, 2022; Medeiros, 2022; Trombetta, 2022).

Por fim, fizemos a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos de cada pesquisa, constatando que todas elas trazem o tema da formação de professores com menção a BNC-Formação, validando o acervo para o levantamento.

Na sequência, já de posse do inventário, realizamos leituras oblíquas, almejando localizar o objetivo e a metodologia de cada tese ou dissertação, de maneira que tais informações possam

nos ajudar a compreender a valoração do documento específico em análise: a BNC-Formação. O quadro 01, a seguir, ilustra as 11 produções acadêmicas consideradas em nosso estudo, trazendo o título, autoria, ano e tipo, objetivo e metodologia de coleta de dados de cada uma para melhor compreensão da análise.

Quadro 01 – Teses e dissertações na área da educação que abordam e discutem o eixo de formação de professores considerando a BNC-Formação.

AUTORIA / ANO / TIPO	TÍTULO	OBJETIVO	COLETA DE DADOS
1 - FARIAS (2020) / dissertação	A docência em fio: alinhavos sobre o profissionalismo docente na trama da BNCC	Compreender a produção da docência no contexto da BNCC, que se insere nesse cenário de reformas neoliberais, tendo em vista os processos de desprofissionalização e reprofissionalização docentes.	Pesquisa documental (documentos legais, pareceres e a BNCC / Movimento “Todos pela Educação” e Movimento pela Base Nacional Comum Curricular).
2 - RODRIGUES (2021) / dissertação	(Des)caminhos das políticas de formação inicial docente na licenciatura em Educação Física: uma análise a partir das Universidades Estaduais Do Paraná	Analisar como as políticas de formação inicial docente interferem na estruturação curricular dos cursos de Licenciatura em Educação Física das Universidades Estaduais Do Paraná e os reflexos desse processo nas ações da formação inicial docente.	Pesquisa bibliográfica; análise documental (documento da UNESCO - “Educação 2030: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos”; BNC-Formação; e resolução CNE/ CES N. 6 DE 2018 referente aos cursos superiores de formação em Educação Física); e pesquisa de campo (entrevista semiestruturada com oito coordenadores dos cursos).
3 - FREITAS (2022) / tese	Formação inicial de professores alfabetizadores no Brasil (1990-2022): estudo à luz da teoria crítica	Compreender que formação é proposta aos professores alfabetizadores no Brasil, em cursos de graduação.	Pesquisa bibliográfica e análise documental (DCN e BNC-Formação).
4 - GOMES (2022) / dissertação	Políticas de formação docente no Brasil: influências dos organismos multilaterais e movimentos de resistência	Identificar e discutir as concepções de educação e de docência em disputa nas políticas de formação docente no Brasil, considerando a influência dos organismos multilaterais e dos movimentos contra hegemônicos.	Análise documental dos seguintes documentos: “Educação: um tesouro a descobrir” - Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI; Jacques Delors (Org.), 1997 (edição brasileira); “Professores são importantes - Atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes - OCDE, 2006”; “Professores Excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe” - Barbara Bruns e Javier Luque (Orgs.), Banco Mundial, 2014 e “Glossário de Terminologia Curricular”, Unesco, 2016.

<p>5 - GONÇALVES (2022) / dissertação</p>	<p>As “competências” na formação de professores na BNCC: uma amostra das produções acadêmicas na Região Norte 2018-2020</p>	<p>Entender o(s) sentido(s) da formação de professores da Educação Básica e a/ as concepção/concepções “competências” nos documentos BNCC e BNC-Formação.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e análise documental (documentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação; Associação Nacional de Formação de Professores; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação; Associação Brasileira de Currículo; e das produções acadêmicas sobre a BNCC e BNC-Formação na Região Norte).</p>
<p>6 – NASCIMENTO JUNIOR (2022) / dissertação</p>	<p>Discursos da BNC-Formação enquanto mecanismos da biopolítica, noopolítica e psicopolítica: possíveis assujeitamentos de professores na Educação</p>	<p>Analisar quais os discursos da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), enquanto mecanismos da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica que produzem possíveis assujeitamentos de professores na Educação Básica.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e análise documental (BNC-Formação e BNCC) na perspectiva da Arqueogenealogia.</p>
<p>7 – MEDEIROS (2022) / tese</p>	<p>Base Nacional Curricular: a formação das professoras de crianças da Educação Básica</p>	<p>Problematizar os discursos que compõe a rede de formação da BNC-Formação.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e análise documental (BNC-Formação, discurso pré e pós BNCC, e guias orientadores de professores) na perspectiva da Arqueogenealogia.</p>
<p>8 – MONTEIRO (2022) / dissertação</p>	<p>Políticas curriculares para os cursos de Educação Física no estado do Paraná: implicações da BNC-Formação para a formação docente</p>	<p>Analisar a organização curricular dos cursos de Educação Física das Universidades Públicas no Estado do Paraná e as implicações da BNC-Formação para a formação de professores.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e análise documental (Diretrizes Curriculares Nacionais mais recentes na Educação e especificamente na Educação Física).</p>
<p>9 – TROMBETTA (2022) / tese</p>	<p>A resolução CNE/CP n. 2/2015 e o processo instituinte das políticas de formação de professores nas Universidades Federais Porto Alegre</p>	<p>Pesquisar a singularidade da atuação (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016) das Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores, da Resolução CNE/CP n. 2/2015, no processo instituinte das políticas de formação de professores em universidades federais.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica; análise documental (Documentos Finais dos Encontros da ANFOPE de 1983 a 2018; dos Documentos Finais da CONAE 2010 e 2014; e dos documentos normativos para a formação de professores – o Parecer CNE/CP n. 2/2015 e a Resolução do CNE/CP n. 2/2015); e pesquisa de campo (entrevistas semiestruturadas, com 12 sujeitos-chave na atuação da Política nas instituições pesquisadas).</p>

<p>10 – VISSOTTO (2022) / dissertação</p>	<p>Base Nacional Comum para a formação inicial de professores: concepções e perspectivas</p>	<p>Compreender quais as concepções e perspectivas sobre formação de professores estão presentes na Resolução CNE/CP n. 2/2019, que define as Diretrizes Curriculares e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e análise documental (BNC-Formação e pareceres e resoluções que deram origem às diretrizes de formação de professores de 2002 e 2015).</p>
<p>11 – SILVA (2023) / dissertação</p>	<p>Formação do gestor escolar em cursos presenciais de Pedagogia no Estado de Minas Gerais</p>	<p>Analisar como estão estruturados os cursos presenciais de Pedagogia no estado de Minas Gerais, no que diz respeito à formação inicial do pedagogo/gestor.</p>	<p>Pesquisa documental (projeto pedagógico, grade curricular e ementário dos cursos de dez universidades federais, duas universidades estaduais e da PUC-MG, todas em Minas Gerais).</p>

Fonte: Dados da pesquisa

As teses e dissertações que compõem este mapeamento foram concluídas no período de 2020 a 2023, todas defendidas após a publicação da BNC-Formação, em dezembro de 2019. Percebemos um movimento crescente, que inicia com uma produção em 2020, é mantido com um trabalho em 2021, amplia-se em larga escala para 8 pesquisas em 2022 e fecha com uma produção que data 2023, podendo ainda ser contabilizadas outras após o fechamento do levantamento apresentado nesse artigo. O número reduzido no ano de 2023 também pode ter relação com a ascensão numerosa de movimentos em favor da revogação da normativa em questão.

Outro ponto importante consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos adotados pelas pesquisas, pois todas as teses e dissertações utilizaram a análise documental para o alcance dos objetivos previstos. Para tanto, exploraram normativas e pareceres para além da BNC-Formação, incluindo em sua maioria a BNCC, DCNs, entre outros documentos. Três estudos optaram por manter exclusivamente a pesquisa documental enquanto metodologia (Farias, 2020; Gomes, 2022; Silva, 2023), seis definiram enquanto estratégia a pesquisa bibliográfica aliada a análise documental (Freitas, 2022; Gonçalves, 2022; Nascimento Junior, 2022; Medeiros, 2022; Monteiro, 2022; Vissotto, 2022), e dois trabalhos envolveram a pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo via entrevistas semiestruturadas com sujeitos envolvidos na gestão das instituições participantes (Rodrigues, 2021; Trombetta, 2022).

Quanto ao enfoque e objetivos das pesquisas, cinco delas (Gomes, 2022; Gonçalves, 2022; Nascimento Junior, 2022; Medeiros, 2022; Vissotto, 2022) se dedicaram a analisar e problematizar a educação, docência e formação nas políticas que envolvem a formação de professores, incluindo a BNC-Formação. Gomes (2022) tratou especificamente da influência de organismos multilaterais nas políticas de formação docente no Brasil, com foco na BNC-Formação. Gonçalves (2022) buscou identificar o conceito de formação e de competência abordado pela BNCC e pela BNC-Formação com especial destaque para Região Norte do Brasil.

Nascimento Junior (2022), Medeiros (2022) e Vissotto (2022) se dedicaram a analisar a BNC-Formação buscando quais as diretrizes e sentidos para a formação docente. Vissotto (2022) aponta a concepção neoprodutivista da BNC-Formação expressa especialmente pela pedagogia das competências, evidenciando o entendimento da educação como parte do processo produtivo. Do mesmo modo, Nascimento Junior (2022) conclui citando os mecanismos da política em questão que acarretam o assujeitamento dos professores às demandas econômicas, também ressaltando a influência do sistema econômico na educação. Na mesma direção, Medeiros (2022) alega a redução do papel da formação de professores, alunos e da escola com a perspectiva de formação centrada na mera execução de propostas. Critica, assim, a culpabilização e responsabilização da formação pela mais recente normativa.

De modo semelhante, uma das pesquisas (Farias, 2020) optou por relacionar a BNCC e documentos associados com a produção da docência, sem trazer especificamente a BNC-Formação como ponto principal de análise. Infere-se que, com o trabalho em andamento, houve a promulgação da Resolução CNE/CP n. 2/2019 utilizada para enriquecer os apontamentos já colocados acerca da BNCC e o trabalho docente. A autora argumenta que as atuais políticas de formação de professores resultam em um processo dual que, de maneira dialética, desprofissionaliza e (re)profissionaliza a docência ancorada em bases gerencialistas e performáticas.

Assim como Farias (2020), um trabalho (Trombetta, 2022) do rol analisado não trouxe protagonismo para BNC-Formação, Resolução que foi adotada de modo secundário para fomentar o estudo desenvolvido. Trombetta (2022) analisou como as instituições de ensino superior federais foram conduzidas pelas políticas de formação de professores a partir das DCNs e da Resolução CNE/CP n. 2/2015. Para tanto, investigou a atuação dessas políticas em quatro universidades federais do Sul do Brasil, pois além de entender a elaboração das diretrizes aprofundou-se na percepção da aplicação prática e potencial de influência das mesmas. Concluiu que a Resolução CNE/CP n. 2/2015 não foi implantada completamente, já que passou por complexos processos de resignificação. Identificou, contudo, um movimento de resistência interno na implementação com a articulação mais sólida entre os cursos de licenciatura, assim como um movimento externo, que fortaleceu as lutas na resistência às políticas gerencialistas e performativas orientadas pelos interesses de mercado.

Dois trabalhos (Rodrigues, 2021; Monteiro, 2022) foram tecidos com o intuito de analisar o currículo e formação dos professores de Educação Física a partir das políticas educacionais. Ambos trazem o mesmo ponto de destaque que é a crítica diante de uma formação pragmática e dedicada a atender as demandas do capital. Rodrigues (2021) aborda a subordinação da formação inicial docente em Educação e Educação Física aos princípios advindos da economia com o intuito de formar sujeitos adequados às necessidades e demandas sociais. Do mesmo modo, Monteiro (2022) trata a BNC-Formação enquanto mecanismo de reprodução e intensificação da ideologia pragmática e neoliberal que vem se fortalecendo nas últimas décadas, o que acarreta uma formação do professor de cunho utilitarista e voltada para os interesses do mercado.

Dois trabalhos (Freitas, 2022; Silva, 2023) se aprofundaram em temáticas mais específicas ao considerar a BNC-Formação. A pesquisa de Freitas (2022) relaciona as DCNs e BNC-Formação com a formação inicial de professores alfabetizadores no Brasil, embora reconheça

que a BNC-Formação não trata especificamente de professores alfabetizadores. Sinaliza que a formação inicial de professores alfabetizadores reitera a pseudoformação, dificultando a experiência com o processo de alfabetização em sua totalidade. Aponta não haver espaço para que o docente compreenda as relações entre o ensino e a aprendizagem da língua escrita e o conteúdo a ser ensinado.

Silva (2023), por fim, problematiza a formação inicial do pedagogo/gestor por meio da estrutura dos cursos presenciais de Pedagogia ofertados em Minas Gerais a partir da análise dos projetos pedagógicos, matriz curricular e ementário das disciplinas ofertadas pelos cursos das instituições abordadas. O autor utiliza para tanto como suporte especificamente o Parecer CNE/CP n. 4/2021, que instituiu uma Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC-Diretor Escolar), como continuidade do processo de implementação da BNC-Formação. Silva (2023) identifica haver pequena carga horária para a formação do gestor escolar nos cursos de Pedagogia, assim como muitas vezes carência na realização do estágio previsto, prejudicando o processo formativo e atuação profissional.

Dessa forma, tendo descrito e qualificado o inventário por meio de seus procedimentos metodológicos e objetivos, verificamos que: (i.) a análise documental e a pesquisa bibliográfica foram os instrumentos mais utilizados (em que pese os anos de isolamento da covid-19, no período 2020-2021 tenham inibido outras formas de investigação com pessoas) e, (ii.) todos os objetivos foram, de alguma forma, influenciados/perturbados pela promulgação da BNC-Formação, no ano de 2019.

Com o propósito de esmiuçar ainda mais a análise de como a BNC-Formação foi valorada nas dissertações e teses inventariadas, optamos por aprofundar na leitura dos estudos, buscando especificamente pelo termo “BNC-Formação” no documento, fazendo paragens para leitura e fichamento dos excertos localizados. Essa investigação qualitativa é foco da próxima seção.

## **A BNC-Formação nas teses e dissertações que discutem formação de professores**

Com a leitura e fichamento das teses e dissertações inventariadas, foi possível a percepção de que as pesquisas convergem de forma significativa nas considerações realizadas sobre a BNC-formação e os aspectos que a envolvem. Todas as teses e dissertações tecem críticas importantes ao processo de construção, implementação e seus reflexos, convergindo com a literatura e apontamento de importantes organizações citadas inicialmente.

A leitura específica dos trechos em que havia referência expressa à BNC-Formação nos levou à organização das críticas em eixos temáticos definidos após a sistematização dos dados obtidos. Foram elaborados oito (8) eixos temáticos, a saber: (i.) normativas arbitrárias e distanciamento da prática docente; (ii.) educação por competências; (iii.) assujeitamento docente; (iv.) responsabilização do professor; (v.) mecanismo de vigilância e controle; (vi.) reflexos na universidade; (vii.) substituição da Resolução n. 2/2015; e (viii.) movimentos contrários à BNC-Formação.

A definição de cada um desses eixos temáticos de crítica foi construída a partir da leitura das teses e dissertações, conforme a crítica feita tinha um sentido semelhante (ou mesmo igual) nos distintos trabalhos.

Como foram muitos trechos lidos sobre a valoração da BNC-Formação, optamos por elaborar um quadro síntese, o Quadro 02 a seguir, contemplando a definição de cada eixo temático de crítica, bem como apresentando um trecho de uma tese ou dissertação que represente e evidencie seu significado.

**Quadro 02** – Definição dos temáticos das críticas à BNC-Formação e trechos de evidência.

Eixo temático	Definição	Trecho evidência
Normativas arbitrárias e distanciamento da prática docente	Diz respeito ao processo de construção da BNC-Formação sem a participação e discussão com organizações da sociedade civil, das instituições da área da educação, dos Programas de Pós-Graduação e Universidades, tampouco dos próprios professores	“O Ministério da Educação (MEC) resolveu organizar por completo e de modo autônomo a BNC-Formação, a partir da sua perspectiva de Educação Básica para a sociedade brasileira, sem a participação democrática de instituições educacionais e nem de professores” (Nascimento Junior, 2022, p. 15).
Educação por competências	Trata-se de priorizar a formação dos educandos para a manutenção do <i>status quo</i> econômico da sociedade, que necessita da mão de obra barata para seu funcionamento; ao colocar ênfase nas competências, temos o trabalho educativo voltado para um currículo pragmático, instrumental, utilitário e padronizado, além de uma concepção de prática dissociada de seus fundamentos teóricos, mas direcionada ao desempenho.	“a categoria competência é o elemento chave no texto das diretrizes curriculares para a formação de professores da educação básica, usada de forma imprecisa e aparentemente compreendida como saber prático, relacionado ao saber fazer” (Gonçalves, 2022, p. 48).
Assujeitamento docente	A BNC-Formação implica uma educação por transferência que diminui e secundariza a figura do professor, moldando o profissional docente ao modelo de formação por competências; trata-se de submeter a docência ao controle de tempo, métodos e instrumentos, cerceando a autonomia.	Direcionamentos políticos como a BNC-Formação fortalecem as práticas do mercado educacional silenciosamente e contribuem “para possíveis processos de controle, disciplinarização, alienação e assujeitamento de professores na Educação Básica brasileira” (Nascimento Junior, 2022, p. 18).
Responsabilização do professor	Diz respeito à centralidade do professor na consecução dos resultados mensurados pelos exames em larga escala, os quais medem a eficiência com que as competências curriculares padronizadas foram inculcadas nos estudantes, por meio de treinamento oferecido pelo docente.	“percebe-se aí uma sobrecarga, uma responsabilização docente e uma invasão de outros sujeitos que falam pelo professor, além de um processo de (des) profissionalização docente” (Farias, 2021, p. 127).
Mecanismo de vigilância e controle	Ao adotar o currículo padronizado, centrada em competência, para a Educação Básica e utilizar instrumentos igualmente padronizados para mensurar a “qualidade” do processo educativo (as avaliações em larga escala), temos não apenas a BNC-Formação voltando-se a esse sistema de vigilância, mas todo processo educativo, tornando-se mais fácil a manutenção do <i>status quo</i> .	“há um direcionamento homogeneizante da prática docente, submetida a um alto nível de controle, o que ocorre pela via dos currículos e pelo monitoramento da eficácia por via de avaliações externas” (Vissotto, 2022, p. 92).

Reflexos na universidade	A BNC-Formação retira autonomia da Universidade ao engessar o modelo de formação docente.	Silva (2023, p. 76) constatou características na Resolução CNE/CP n. 2/2019 que afetam diretamente as universidades e a formação do professor, sendo consideradas como retrocessos na política educativa pelo objetivo de engessar os cursos de licenciatura: enfoque muito amplo para aspectos mercantilistas, retomada de uma Pedagogia para consolidação de competências, desconsideração da diversidade nacional, retirada de autonomia das instituições de ensino superior e relativização das contribuições à prática de estágios supervisionados.
Substituição da Resolução n. 2/2015	Trata-se do modo agressivo de revogação da Resolução de Formação Docente anterior à BNC-Formação, a qual foi construída de forma democrática, contemplando a docência como uma profissão voltada à educação plena, envolvendo aspectos científicos, culturais, éticos, estéticos, políticos e interdisciplinares.	“a formação ampla e cidadã, prevista no parágrafo 2. do artigo 3. da Resolução CNE/CP n. 2/2015, dá lugar a descaracterização da formação docente ao instituir uma Base Nacional Comum de Formação” (Silva, 2023, p. 76).
Movimentos contrários à BNC-Formação	Diz respeito às manifestações expressas de entidades ligadas à Educação, ao Ensino e à Formação Docente, que exigiram a revogação da arbitrária BNC-Formação.	Nascimento Junior (2022) cita que em 15 de setembro de 2022 ocorreu em todo o país o Dia Nacional de Combate à BNC-Formação.

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, de posse de todos os fichamentos extraídos das teses e dissertações, organizamos as críticas feitas por cada pesquisa nos eixos temáticos, o que nos possibilitou um olhar mais amplo a respeito da valoração da BNC-Formação nos trabalhos de pós-graduação. Assim, organizamos os dados em um quadro síntese, o Quadro 03 a seguir, o qual evidencia em quais eixos temáticos se enquadram as críticas feitas à BNC-Formação nas teses e dissertações inventariadas.

Quadro 03 – Eixos temáticos das críticas à BNC-Formação

Tese ou Dissertação	EIXOS TEMÁTICOS							
	Normativas arbitrárias...	Educação por competências	Assujeitamento docente	Responsabilização do professor	Mecanismo de vigilância e controle	Reflexos na universidade	Substituição da Resolução n. 2/2015	Movimentos contrários à BNC-Formação
1 - FARIAS (2020) / dissertação		X	X	X				
2 - RODRIGUES (2021) / dissertação		X	X	X				X
3 - FREITAS (2022) / tese		X	X	X	X			X
4 - GOMES (2022) / dissertação	X	X	X					X
5 - GONÇALVES (2022) / dissertação		X	X					X
6 – NASCIMENTO JUNIOR (2022) / dissertação	X	X	X	X	X	X		X
7 – MEDEIROS (2022) / tese		X	X	X	X		X	
8 – MONTEIRO (2022) / dissertação		X	X					
9 – TROMBETTA (2022) / tese		X	X			X	X	X
10 – VISSOTTO (2022) / dissertação	X	X	X	X				
11 – SILVA (2023) / dissertação	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 03 nos revela que, dentre todas as possíveis formas negativas de se valorar a BNC-Formação, verificamos que quase todos os autores e as autoras das teses e dissertações são signatários das entidades, associações, instituições, grupos de pesquisa etc., que se mobilizaram de forma contrária à publicação da BNC-Formação (eixo temático: Movimentos contrários à BNC-Formação). Os motivos da contrariedade, expressos nas teses e dissertações, sustentam-se na imposição da BNC-Formação, promulgada sem diálogo com a percepção dos professores sobre o próprio ofício, das instituições de pesquisa e formação docente e da própria sociedade civil. As teses e dissertações indicam o reconhecimento de iniciativas de mobilização e resistência de entidades educacionais à BNC-Formação, pois, como denunciaram Ximenes e Melo (2022, p. 744), “elaborou-se à revelia do debate democrático”.

No Quadro 03, há também destaque para o eixo temático “Responsabilização do Professor”. Trata-se de um fator implícito na BNC-Formação, colocando principalmente

no docente a responsabilidade pelo êxito ou fracasso escolar, balizado pelas competências e mensurado pelos exames de larga escala. A resolução deixa implícito, ainda, a ideia de que o êxito é resultado do comprometimento docente com seu ofício e sua constante capacitação em mobilizar as competências no estudante. Essa valoração negativa da resolução aparece no documento da ANPED (2019, p. 2), ao expressar que o documento contém “um discurso universalista operado com uma imagem homogeneizante e negativa dos professores e de sua formação, responsabilizando-os, quase que exclusivamente, pelos baixos resultados de avaliação da educação”.

Por último, o Quadro 03 revela que dois eixos temáticos de críticas são unânimes, sendo mencionados em todas as teses e dissertações. Trata-se do “assujeitamento docente” e da “educação por competências”. O primeiro, o assujeitamento docente, diz respeito a intenção da BNC-Formação em treinar os professores para operacionalizar e materializar a BNCC, numa proposta de padronização das ações políticas e curriculares, facilitando o controle por avaliações externas. Tais medidas conformam o ofício docente em um trabalho mecanizado, retirando a autonomia de trabalho reflexivo e crítico, formatando-o em um conjunto de comportamentos estandardizados. Isso está consoante com a posição contrária da ANPED (2019, p. 7) à BNC-Formação, pois, nessa “a desvalorização da dimensão teórica está emblematicamente manifesta no tom pragmático”. Além disso, afirma a ANPED (2019, p. 13), “torna-se certo que o perfil de professor que se espera se aproxima mais daquele que executa do que aquele que toma decisões como um profissional da educação sobre o currículo da escola em que leciona”.

Já o último eixo temático de críticas unânime nas teses e dissertações é a “educação por competências”, sendo que “em todo o documento, a palavra competência foi utilizada 51 vezes” (Gomes, 2022, p. 56). Trata-se, em essência, um projeto educacional produzido pelo discurso neoliberal, voltado à manutenção do status quo, pois, a educação por competência prioriza a formação de sujeitos para o funcionamento econômico da sociedade. Tal educação volta-se à formatação dos educandos (logo, dos professores) em conhecimentos pragmáticos e utilitários, como meros instrumentos de trabalho. Basicamente, o documento apresenta um retrocesso educacional, voltando-se ao pretérito tecnicismo que forja uma educação mecânica, limitando a transformação social.

O eixo temático de crítica às competências encontra eco em outros artigos, como Farias (2019, p. 163), ao afirmar que as competências, além de debítrias do neoliberalismo, “evidenciam em uma retomada de aspectos do tecnicismo, pois a autonomia e a criticidade da docência não se expressam com maior destaque no texto”.

Além disso, como vimos em Ximenes e Melo (2022, p. 748), a ideia de competência não é absoluta, sendo acompanhada de outros termos neoliberais, tais como eficiência, competitividade e produtividade, evidenciando a subordinação da educação à lógica empresarial; segundo as autoras “a referida legislação ancora-se em uma concepção pragmática e tecnocrática de formação docente, com ênfase na dimensão instrumentalizadora do conhecimento, objetivando maior controle sobre o trabalho pedagógico”.

Por fim, outra contundente crítica às competências está na afirmação da ANPED (2019, p. 3): “a formação por competências desconsidera a necessidade de se enfrentar os desafios atuais da educação”. Isso quer dizer, basicamente, que a BNC-Formação é arbitrária, redutora e direcionada a uma deformação de professores, designados a seguirem comandos de transferência de saberes padronizados.

## Considerações finais

Iniciamos o presente artigo com a intenção de investigar, nas teses e dissertações desenvolvidas na área da Educação, a valoração da BNC-Formação. A partir da concepção de que o campo da formação docente engloba um processo educacional em prol do desenvolvimento dos sujeitos com uma intencionalidade intrínseca, este trabalho trouxe a análise da abordagem da formação de professores pela recente normativa política BNC-Formação, identificando sua composição e ação por meio de pesquisas que trazem o tema com menção a tal diretriz.

Diante das análises desenvolvidas e mediante o diálogo com a legislação e literatura, foi possível constatar um padrão voltado ao atendimento de interesses do mercado de trabalho capitalista, que alimenta e impulsiona a ideologia neoliberal sobre a educação, aproximando os processos formativos da lógica do capital. Esse aspecto é amplamente abordado e discutido em todas as teses e dissertações inventariadas, cada qual apontando críticas em pontos específicos da legislação em pauta, sendo facilmente identificada a convergência das percepções e julgamentos acerca do que a BNC-Formação defende.

Ao organizar as críticas sobre a BNC-Formação identificadas nas dissertações e teses analisadas, de acordo com eixos temáticos de críticas, pudemos constatar grande enfoque para educação por competências (com julgamentos precisos acerca dos moldes educativos de cunho pragmático e utilitarista voltados exclusivamente para atender às demandas do mercado), assujeitamento e responsabilização do professor (apontando os prejuízos deixados pela falta de autonomia e criticidade docente, assim como pela consideração do professor como único responsável pelos resultados de aprendizagem e pela própria formação) e Movimentos contrários à BNC-Formação (este último retomando todas as críticas citadas em cada trabalho e reafirmando a posição de contrariedade diante da política imposta).

A publicação e vigência da BNC-Formação aqui discutida é exemplo da tendência dos agentes educacionais na continuidade de um processo de formatação da educação, para tanto definindo normas nacionais que desconsideram especificidades regionais, a profissionalidade docente essencial para o processo educativo e as demandas trazidas pelos educadores e comunidade científica na área em questão. No modelo colocado, alunos e professores são entendidos como receptores de modelos formativos acabados que visam apenas o saber fazer.

O padrão de receituário pragmatista trazido por normativas como a BNC-Formação invade as políticas educacionais brasileiras e enfraquece o desenvolvimento de projetos pedagógicos locais para promoção da identidade escolar e atividades democráticas. Nesse contexto, professores são formatados e deformados por um padrão arbitrário e distante do contexto no qual atuam. A

realidade, assim, se faz de maneira assustadora por extinguir a autonomia e reflexão, elementos fundamentais para uma educação mais crítica que busca efetivamente o desenvolvimento humano.

O final, se a BNC-Formação for mantida, que as instituições de ensino superior atuem na resistência, promovendo a formação docente crítica e reflexiva. Se for revogada, que seja substituída por uma Resolução que considere a autonomia e a complexidade da Educação como meio de transformação do *status quo*.

## Referências

ALBINO, A. C. A.; DA SILVA, A. F. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 137–153, 2019. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.966>

ANPED. **Uma formação formatada**. Posição da ANPED sobre o “texto referência - Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a formação inicial e continuada de professores da educação básica”. 09 out. 2019. Disponível em: <https://anped.org.br/news/posicao-da-anped-sobre-texto-referencia-dcn-e-bncc-para-formacao-inicial-e-continuada-de>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, dez. 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEE, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRITO, R. S.; PRADO, J. R.; NUNES, C. P. Políticas de formação docente no Brasil a partir dos anos 1990. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 02–19, 2019. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2019v28n1.43571>

FARIAS, I. M. S. O discurso curricular da proposta para BNC da formação de professores da educação básica. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 155–168, 2019. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.961>

FORTUNATO, I.; SHIGUNOV NETO, A. A contribuição da Revista Brasileira de Iniciação Científica para o Ensino de Física em 10 artigos. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, Itapetininga, v. 10, e023003, p. 1-12, 2023.

GARCIA, A.; ALMEIDA, A. O curso de Pedagogia da FFP/UERJ: currículo e políticas de formação. In: FONTOURA, H. A. (Org.). **Pedagogia em Movimento: Experiências compartilhadas na Faculdade de Formação de Professores**. Niterói: Intertexto, 2018.

MESQUITA, A. L., FORTUNATO, I., CRUZ, J. A. S. O pensamento complexo de Edgar Morin e o ensino de Física: Mapeamento das teses e dissertações brasileiras. **Rev. Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 13, e023006, 2023. <https://doi.org/10.30612/eduf.v13i00.16922>

SALEM, S. **Perfil, evolução e perspectivas da pesquisa em Ensino de Física no Brasil**. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, P. M. M. Produção acadêmica em ensino de Biologia: análise sobre dissertações e teses e derivações reflexivas para a área de educação em ciências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, e260097, 2021, p. 1-25. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260097>

TEIXEIRA, P. M. M. Tendências da produção acadêmica em ensino de biologia no Brasil: um panorama fundamentado na análise de dissertações e teses. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 970–990, 2022. <https://doi.org/10.46667/renbio.v15i2.789>

TEIXEIRA, P. M. M.; MEGID NETO, J. O Estado da Arte da pesquisa em Ensino de Biologia no Brasil: um panorama baseado na análise de dissertações e teses. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 521-549, 2017.

XIMENES, P. de A. S.; MELO, G. F. BNC – Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 103, n. 265, p. 739-763, 2022. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.103i265.5112>

## **Inventário de teses e dissertações**

FARIAS, M. C. D. R. **A docência em fio: Alinhavos sobre o profissionalismo docente na trama da BNCC**. 2021. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

FREITAS, V. A. **Formação inicial de professores alfabetizadores no Brasil (1990-2022): estudo à luz da teoria crítica**. 2022. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

GOMES, M. T. M. **Políticas de formação docente no Brasil:** influências dos organismos multilaterais e movimentos de resistência. 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

GONCALVES, R. R. **As “competências” na formação de professores na BNCC:** uma amostra das produções acadêmicas na Região Norte 2018-2020. 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2022.

MEDEIROS, D. G. **Base Nacional Curricular:** a formação das professoras de crianças da Educação Básica. 2022. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2022.

MONTEIRO, J. H. de L. **Políticas curriculares para os cursos de Educação Física no Estado do Paraná:** implicações da BNC-Formação para a formação docente. 2022. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

NASCIMENTO JUNIOR, V. M. **Discursos da BNC-Formação enquanto mecanismos da biopolítica, noopolítica e psicopolítica:** possíveis assujeitamentos de professores na Educação. 2022. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2022.

RODRIGUES, L. de P. **(Des)caminhos das políticas de formação inicial docente na licenciatura em Educação Física:** uma análise a partir das universidades estaduais do Paraná. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

SILVA, T. A. de S. **Formação do gestor escolar em cursos presenciais de Pedagogia no Estado de Minas Gerais.** 2023. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

TROMBETTA, D. **A atuação da Resolução CNE/CP n. 2/2015 na construção das políticas institucionais de formação de professores nas universidades federais.** 2022. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

VISSOTTO, C. **Base Nacional Comum para a formação inicial de professores:** concepções e perspectivas. 2022. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.